

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

JOÃO MANSUR	ARENA
SANTOS LIMA	ARENA
ODILON REINHARDT	ARENA
JORGE SATO	ARENA
MUGGIATI FILHO	MDB
DAVID FEDERMANN	ARENA
IDÉLIO MANFRINATO	MDB
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTÔNIO BELINATI	MDB
ANTÔNIO COSTA	ARENA
ANTÔNIO L. JÚNIOR	ARENA
ANTÔNIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA	ARENA
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
IGO LOSSO	ARENA
IRIS CALDART	ARENA
IVO TOMAZONI	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ R. SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
OLAVO FERREIRA	MDB
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
ROSÁRIO PITTELLI	ARENA
SEBASTIÃO R. JÚNIOR	ARENA
WILSON BRANDÃO	MDB
WILSON FORTES	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
(no exercício da Presidência)

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (MDB)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (MDB)

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 18.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 21 de Março de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Fabiano Braga Cortes.

Às 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Antônio Belinati — Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Nelson Buffara e Wilson Brandão. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 42 srs. Deputados.  
Em discussão as seguintes Proposições:

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de quorum, através da chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada 24 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão, bem como para votação:

Discussão única — da Proposição n. 161-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 292-70, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Discussão única — da Proposição n. 162-72 Veto apostado ao Projeto de Lei n. 66-71, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que transfere ao DER para fins de conservação, a estrada municipal que liga Araucária e Campo Largo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que aprovam os projetos queiram se levantar. Estão rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 2, quinta-feira, às 1400 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — das Proposições n.os 163-72 e 164-72.  
Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 19.ª Sessão Ordinária Realizada em 21 de Março de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Gilberto Carvalho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Nelson Buffara, João Fadel e Wilson Brandão (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos srs. Deputados, a fim de que se constate se há número para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da Sessão. Assim sendo, o Sr. 2.º Secretário prosseguirá a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Prossegue e conclue a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Ata. Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:  
Sob o n. 62-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

62-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 17-72, solicitando autorização para doar à União Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n. 63-95. — Agradeça-se.

Sob o n. 63-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o projeto de lei n.º:

15-71: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da es-



trada Jandaia do Sul e Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre. — A C.C.J.

#### TELEGRAMAS:

Do Senhor Acrísio Viegas, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Afrísio Vieira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Gerson dos Santos Peres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Estadual. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Piratani Araújo, congratulando-se com os membros componentes da nova Mesa desta Assembléia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Victor Frech, Delegado Regional e Presidente do Club de Exportação de Londrina, nos seguintes termos:

Saudações pt Escritório Junta Comercial Londrina fechado desde dezembro pt Informação que não mais será reaberto pt Estão surgindo escritórios dedicando-se remessa de livros e processos a Curitiba vg em ultima análise intermediários encarecendo esse expediente pt Solicitamos sua ajuda reestruturando Junta Comercial e imediata reabertura Escritório Londrina vg ampliando também sua competência em benefício empresário interior pt Não é concebível que um Estado em franco desenvolvimento econômico e onde ordem é crescer mais vg o empresário vg principal construtor do progresso vg tenha recorrer intermediários para registro seus documentos Junta Comercial pt Antigas instalações Escritório Londrina insustentáveis pt Prefeito Londrina colabora com sala para funcionamento Escritório Junta pt Cordialmente. — Ao conhecimento da Casa.

#### OFÍCIO:

Ofício n. 15-73  
Lid. Governo.

Curitiba, 21 de março de 1973

Senhor Presidente:

Venho, por intermédio do presente, comunicar a Vossa Excelência e os eminentes Senhores Deputados, que nesta data escolhemos o Deputado Paulo Poli para Vice Líder do Governo nesta Casa.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) Cândido Martins de Oliveira  
Líder do Governo

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo passamento, em Santa Mariana, do senhor Manoel da Silva Machado.

O extinto que era um homem de bem e de coração magnânimo conquistou merecimento de sua modestia e extraordinária dedicação ao trabalho e amizade e a admiração do povo de Santa Mariana. Foi um de seus fundadores, onde prestou relevantes serviços à comunidade marianense. O seu desaparecimento causou profunda consternação em toda a cidade, onde foi decretado luto oficial pelo infante acortecimento.

Deixou inúmeros filhos, dentre os quais o Senhor Antonio Machado, líder político residente em Santa Mariana.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973  
(a) Rosário Pitelli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, se digne ordenar o encaminhamento ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, requerimento anexo, subscrito pelos Senhores Pais de diversos alunos do Ginásio Estadual Barão do Serro Azul, de Cruz Machado, o qual contém apelo no sentido de que aquela autoridade, através do seu conhecimento, determine medidas cabíveis ao fato exposto.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.  
(a) Domício Scaramella

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina, na forma legal e usando prerrogativas regimentais, requer seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício, Deputado João Mansur, contendo apelo para que determine, com urgência, o cumprimento do convênio firmado entre Estado e Prefeitura para o alçamento da Avenida das Torres.

Data esse convênio já de quase dois anos e motivou sua lavratura o alto interesse, tanto do Estado quanto do Município, em abrir novas e melhores vias de acesso à Capital para quem chega à cidade pelas rodovias BR-116, BR-101 e Aeroporto Afonso Pena, e favorecer ao mesmo tempo a chegada e saída de transporte coletivo interestadual à Estação Rodoferroviária.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.  
(a) Erondy Silvério

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja constituída uma Comissão composta de quatro Senhores Deputados, para representar esta Assembléia na "X Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina" — VII de âmbito nacional, a ter início no dia 1.º de abril próximo.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.  
(a) Olavo Ferreira

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pelo Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Identificação, no sentido de que aquela autoridade adote medidas que se fazem necessárias e urgentes, visando reor-

ganizar o Serviço de Expedição de carteiras de identidade, no Município de União da Vitória.

Com a extinção do referido Serviço, o qual vinha atendendo toda a região, acarretou-se uma série de dificuldades para a população, pois que, além da exigência para que os funcionários públicos as possuam, outros órgãos as exigem também, como é o caso do Departamento de Trânsito, havendo a necessidade de se deslocarem à Capital para a obtenção e quando isto não é possível, são obrigados a dirigirem-se ao Município de Caçador — Santa Catarina, fatos estes que precisam ser solucionados dentro do menor prazo possível.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Domício Scaramella

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Considerando:

1 — a existência de inúmeros moradores que se dedicam à exploração agro-pastoril ao longo da estrada que liga Lapa-Pôrto Amazonas;

2 — que dezenas de estudantes utilizam diariamente aquela estrada a fim de frequentarem aulas;

3 — que ao lado da exploração agro-pastoril, dezenas de famílias dedicam-se à criação de gado leiteiro, transformando aquela região em uma importante bacia leiteira;

4 — que, no período de chuvas aquela estrada se torna intransitável, causando enormes prejuízos aos moradores lá fixados, impedindo o escoamento da produção para os centros consumidores.

Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Diretor do D.E.R., solicitando permanente conservação da estrada que liga o Município da Lapa a Pôrto Amazonas.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Maurício Fruet

##### Requerimento

Senhor Presidente:

A fim de estudar com tempo e com pormenores, a Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias, e possa assim, o Poder Legislativo apresentar a sua efetiva e necessária contribuição a uma possível reformulação do citado diploma legal fiscal, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial para aquele fim, composta de 3 parlamentares.

A Comissão terá a duração de 30 (trinta) dias para elaborar o seu estudo e apresentar sugestões de emendas. Após isto, seria, então, convidado o Senhor Secretário da Fazenda, para um estudo em conjunto e elaboração em definitivo, das emendas necessárias àquela Lei.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 26-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino D. Joara Athaide, de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Rosário Pitelli

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino, é uma associação civil, sem fins lucrativos e que foi fundada na cidade de Cornélio Procopio em 6 de outubro de 1970.

Sua finalidade principal é de orientar a organização de serviços de combate ao câncer genital feminino, propiciando as senhoras interessadas a oportunidade de exames preventivos. Desde sua fundação, através de suas diretoras, vem o Centro prestando relevantes serviços não só à população de Cornélio Procopio, mas de toda uma vasta região, encaminhando as pessoas portadoras do mal a hospitais especializados. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela referida associação, a Câmara Municipal de Cornélio Procopio já a reconheceu como de utilidade pública, através da Resolução 3-72.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe dê o indispensável acolhimento.

##### Projeto de Lei n. 27-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Instituto Filadélfia de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Olavo Ferreira

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Filadélfia de Londrina, é uma Associação de caráter filantrópico. Trata-se de uma entidade educacional pioneira em Londrina, pois que há 25 anos vem prestando ao Município os mais relevantes serviços neste setor. Diga-se ainda que a mesma vem sempre ampliando a sua área de atuação, acompanhando passo a passo o progresso do Município, proporcionando aos estudantes os mais variados cursos. Já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n. 1663, sendo portanto medida justa e providencial que o Governo Estadual também conceda-lhe o Diploma legal nesse sentido. Para tanto solicitamos o apoio de nossos Nobres Pares, para o Projeto que ora apresentamos.

##### Projeto de Lei n. 28-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, com sede neste Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Ivo Thomazoni



O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

Antes porém, esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, o Professor Luís Carlos Tourinho, Diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná.

Registramos, ainda, a presença de uma Comissão de Marumbi, representada pelo Prefeito Irineu Labagalini, Vice-Prefeito Rodoval Pereira de Camargo, e Vereador Alípio de Góes Maciel.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Outro assunto que nos traz à Tribuna, é que recebemos uma carta da Associação dos Professores do Estado do Paraná.

É uma carta assim redigida:

"Exmo. Sr. Deputado

Dr. OLAVO FERREIRA GARCIA

Servimo-nos no prestígio de que goza V. Exa., para expor junto à Assembléia e ao Governo, o que se segue:

1.º — Já são bastante minguados os vencimentos do magistério, sobretudo os de professor primário que cada vez mais se sente desestimulado.

2.º — Não fora isso o bastante, é de se lastimar o atraso com que se dão os vencimentos.

3.º — Acostumamo-nos, por força das circunstâncias impostas pela Secretaria da Fazenda, a receber nossos vencimentos entre os 10 e 15 de cada mês. Mediante esta sistemática, o professor habituou-se a programar todos os seus compromissos financeiros com esta data.

4.º — Sem qualquer informação ao magistério, o Governo, através da Secretaria da Fazenda, passou os vencimentos do professor para o dia 25 de cada mês em diante, provocando os mais sérios problemas, passando o professor, perante a sociedade, como mau pagador.

Ora, uma classe que deve ter um ambiente totalmente favorável em função do próprio material humano em que trabalha, não pode sofrer problemas desta monta.

Chegam os problemas naturais advindos com o próprio decorrer das circunstâncias.

Sr. Deputado, professores há que são obrigados a pagar juros absurdos, devido ao atraso do pagamento, juros estes impostos pelas próprias cláusulas de contrato.

5.º — Outras secretarias há que recebem seus vencimentos até o dia 10. Por que o magistério está sempre preterido?

Certos de que este nosso pedido receberá total acatamento por parte de V. Exa., atenciosamente, elevamos a V. Exa. os protestos de alta estima e consideração.

Londrina, 19 de março de 1.973.

(a) Diamantino das Neves Fernandes  
Presidente"

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados, na leitura do Expediente procedida pelo Sr. Deputado que ocupa a 1.ª Secretaria, tivemos oportunidade de ouvir a leitura de um telegrama, um expediente enviado pelo Sr. Victor Frechi, Delegado Regional e Presidente do Clube de Exportação de Londrina, mostrando os prejuízos que estão causando, com o fechamento do escritório da Junta Comercial da cidade de Londrina, surgindo inclusive escritórios que procuram quase que se dedicar inteiramente a este assunto, servindo de intermediários.

Tivemos também oportunidade de receber do mesmo Senhor um telegrama pedindo a nossa interferência sobre este assunto, que consideramos de grande importância.

Com o escritório fechado em Londrina, os livros são mandados para Curitiba só no último dia do prazo; basta uma vírcula não estar bem colocada é devolvido o livro, com sérios prejuízos.

Sr. Presidente, nós queríamos comunicar à Casa e a esta Presidência, que já entramos em contato com o Sr. Secretário do Interior e Justiça Sr. Mário Faraco, que está providenciando a abertura definitiva desse escritório, para o que, a Associação Comercial — da qual fazemos parte como um dos seus Diretores — já ofereceu salas, a Prefeitura também, maquinário, faltando apenas, e até se for preciso material humano se assim for necessário para que o Norte do Paraná não fique desprovido de um atendimento tão importante e tão urgente como este — de um escritório que atenda e sirva como intermediário da Junta Comercial do Paraná.

Esta falha seria sanada e o magistério receberia novamente seus vencimentos dia 10, o que achamos muito justo. Apelamos para o Líder do Governo que nos ajude nesta missão e tenho absoluta certeza que não haverá reclamação no próprio mês a respeito do pagamento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente ainda concedo a palavra ao segundo orador inscrito s. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já no final do período legislativo ordinário do ano passado, chegou a esta Casa Mensagem Governamental propondo uma Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias. O Projeto chegou às mãos do Relator no dia de ser votado em Plenário. Por esse motivo não houve possibilidade desta Casa se manifestar a respeito de um problema de grande relevância como o de uma nova Lei Orgânica do ICM. No mês seguinte o Poder Executivo convocou extraordinariamente esta Casa, mas, novamente veio a escassez de tempo e em apenas 3 dias o projeto foi aprovado, entrando no auto-entendimento entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, através do sr. Secretário da Fazenda, ficou estipulado que após o reinício das atividades parlamentares de 73, a Assembléia Legislativa poderia fazer a correção que entendesse necessária, em perfeito entendimento com a Secretaria da Fazenda. S. Exa. o Sr. Secretário Maurício Schulmann já se dispôs a vir a esta Casa, mas há necessidade de termos este entendimento porém, depois que a Casa afirmar seu ponto de vista, depois que a Casa tiver em mãos já elaboradas as possíveis emendas. Daí porque um trabalho desta natureza não venha a se perder por falta de tempo necessário, em perfeito entendimento com a Liderança do Governo. Estou apresentando um requerimento para que seja constituída uma Comissão de três parlamentares, aproveitando-se, tanto quanto possível aqueles que apresentaram emendas o ano passado, a fim de que esta Comissão Especial elabore as Emendas que julgar necessárias para apresentação correção e melhoria da Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Se não estou equivocado, em janeiro tivemos aqui em Curitiba um seminário dos novos Prefeitos eleitos do Estado e eu me lembro e me recordo muito bem que numa das sessões daquele conclave foi abordado o problema da Lei Orgânica dos Municípios. Mas é preciso que se ressalte que, naquela ocasião, o assunto foi levado ao Plenário de forma errônea, levando comunicação que não se casava com a realidade do problema. Em virtude daqueles fatos, solicitei do Presidente daquele Congresso Dr. Nabor Moraes Neto, que me fosse concedido algum tempo para que se fizesse uma explanação aos Prefeitos presentes sobre o que de real havia, e estava sendo elaborado com relação à Lei Orgânica. Depois de dissipadas algumas dúvidas que existem, comprometo-me com os srs. Prefeitos, na qualidade de Presidente da Comissão Especial de Reforma da Lei Orgânica e também com um dos elaboradores daquele Anteprojeto, de trazer a matéria para a apreciação do Plenário tão logo reabrissem os trabalhos desta Assembléia. E na verdade, já no dia dois deste mês a matéria, ou melhor, a Comissão Especial pode encaminhar à Presidência o seu parecer conclusivo sobre todos os subsídios, getons e auxílios e mandado à Comissão para análise e estudos.

Pios bem, quero comunicar aos Senhores Deputados que será pelo Presidente que aí se encontra, será colocada a matéria sobre a mesa e aí permanecerá por 15 dias para receber emendas de Plenário. É uma disposição que deve ser cumprida. Daí porque, renovar o meu apelo, insistir nesse meu pedido endereçado a todos os srs. Deputados, que apresentem suas Emendas, que ofereçam seus estudos, que apresentem matéria que possa ser incluída e elaborada ao texto geral da nova Lei Orgânica.

Porque faço questão de repetir, o que se pretende unicamente, o que se pretende exclusivamente, é se dar aos Municípios, uma lei bem estudada bem feita, bem planejada e bem orientada, e para que isso possa acontecer para que isso possa ocorrer, é imprescindível a colaboração e a ajuda de todos os srs. Deputados.

É bem verdade que um número grande de Prefeituras e algumas instituições interessadas no assunto mandou seu pedido, encaminhou suas sugestões, mas a matéria precisa ser vista, examinada, analisada reestudada pelos srs. Deputados.

Daí, a nossa emergência tão somente agora que isso pode ocorrer porque passados os 15 dias, não só o projeto como as emendas retornam à Comissão e terá mais 12 dias para oferecer parecer, em seguida virá para Plenário, onde ficará 15 dias em discussão única e em seguida, votar.

Daí porque, esta lembrança, daí porque este pedido e se Deus quiser se tudo nos ajudar, no próximo mês teremos o projeto encaminhado ao Poder Executivo para a sanção talvez o veto não seja.

Quero adiantar que tudo indica, será sancionado por S. Exa. o Sr. Governador. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Brandão. Não se achando presente o Sr. Deputado Wilson Brandão, e não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos srs. Deputados:

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 135-70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Parecer favorável da C.C.J. Em discussão.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio a V. Exa. a verificação de "quorum" para votação da matéria da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Solicito, em atenção ao requerido pelo Nobre Deputado Domicio Scaramella, que o Sr. 1.º Secretário proceda a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada)

Responderam a chamada. Sr. Presidente, 17 srs. Deputados.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, tem ocorrido que durante a chamada nominal dos srs. Deputados, alguns que são chamados pela ordem alfabética, tem chegado atrasados, depois de terem sido enunciados o seu nome. Razão pela qual pediria que o Sr. 1.º Secretário repetisse a chamada tão somente para os nomes considerados ausentes.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo ao Requerimento feito pelo nobre Deputado Ivo Tomazoni, solicito novamente que o Sr. 1.º Secretário proceda a chamada nominal dos srs. Deputados que deixaram de responder à 1.ª chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada dos que não responderam).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 20 srs. Deputados. A Mesa comunica que não há número para votação.

Prosseguindo a Ordem do Dia, coloco em 3.ª Discussão o Projeto de Lei n. 135-70. — Encerrada a discussão.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 8-72, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Octacília de Andrade Belich. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 8-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 a Sra. Octacília de Andrade Belich.



Art. 2.º — A despesa referente à presente Lei correrá por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sa'a das Sessões, em  
a) Dep. Ivo Thomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado signatário da presente elaborou o Projeto de Lei, a fim de auxiliar a Sra. Otacilia de Andrade Belich, mãe do ex-Deputado Estadual Olivio Belich, falecido em 17 de novembro de 1971, deixando a sua primogênita em estado de viuvez, com 69 anos de idade, sem posse de qualquer bem imóvel e sem condições de obter, por si própria recursos para seu sustento.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE LEI N. 8-72

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni  
SUMULA: Concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 à Octacilia de Andrade Belich.

#### PARECER

O projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, tem por objetivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00, em favor de Octacilia de Andrade Belich, progenitora do ex-deputado estadual Olivio Belich, falecido recentemente.

Opinamos favoravelmente visto que esta Comissão não opõe restrição alguma, seja de ordem legal ou constitucional, a projetos dessa natureza.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Muggiati Filho — Relator  
Santos Lima  
Ovidio Franzoni  
Erondy Silvério  
Igo Losso  
Cândido Martins de Oliveira

##### PROJETO DE LEI N. 8-72

##### VOTO EM SEPARADO

1) — Solicitamos vistas da presente proposição a fim de apresentar uma emenda visando à elevação do valor da pensão mensal proposta pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, à Sra. Octacilia de Andrade Belich, mãe do ex-deputado Olivio Belich.

2) — Quanto ao mérito do projeto e seu aspecto legal e constitucional, acompanhando as conclusões do nobre deputado Relator, votando pela sua aprovação, apenas com a seguinte

##### EMENDA

No Artigo 1.º:

Onde se lê Cr\$ 50,00, leia-se, Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros)

É o nosso Voto.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Erondy Silvério  
Santos Lima  
Ovidio Franzoni  
Igo Losso

#### Comissão de Finanças e Orçamento

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 8-72

1) — O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu emenda que eleva o valor da pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).

2) — Trata-se de medida das mais meritórias e havendo dotação legal, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

3) — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente  
Jorge Sato — Relator  
João Fadel  
Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, comunicando haver sido escolhido o Sr. Deputado Paulo Poli, para Vice-Líder do Governo nesta Casa. — A Divisão das Comissões para anotar

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel da Silva Machado, ocorrido em Santa Mariana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de três Srs. Deputados, com a finalidade de estudar com tempo e com pormenores, a Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor do D.E.R., visando permanente conservação da estrada que liga o Município da Lapa a Porto Amazonas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Identificação, no sentido de que determine sejam adotadas medidas, visando a reorganização do Serviço de Expedição de carteiras de identidade, no Município de Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, expediente subscrito por pais de alunos do Ginásio Estadual Barão do Cerro Azul, de Cruz Machado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão, composta de quatro Srs. Deputados, para representar esta Casa, na "X Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Es-

tado em exercício, no sentido de que determine, o cumprimento do Convênio firmado entre o Estado e a Prefeitura de Curitiba, visando o asfaltamento da Avenida das Torres. — **Encerrada a discussão.**

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que o Projeto de Lei n. 100-72, Lei Orgânica dos Municípios, está publicado e distribuído aos Srs. Deputados, devendo permanecer por 15 dias sobre a Mesa, aguardando emendas de Plenário, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 135-70.

VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 8-72.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

As dezoito horas e dez minutos, do dia trinta do mês de novembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, conforme convocação feita, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados José Muggiati Filho, Arthur de Souza, Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior e Gilberto Carvalho. Requerida a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 46-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo, através de coordenação da Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao Longo da BR-116, trecho Curitiba-Usina Capivari Cachoeira. Relator Deputado Igo Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 116-71, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Estadualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome, Município de Cascavel. 3) — PROJETO DE LEI N. 127-71, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Cria uma Circunscrição de trânsito no Município de Rolândia, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 134-71, de autoria do Senhor Deputado Álvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no lugar denominado Vila Casone, na zona nordeste da cidade de Londrina. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 144-71, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Cria um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 156-71, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com Substitutivo. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 182-71, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade pública, a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 189-71, de autoria dos Senhores Deputados João Mansur e Borsari Netto. Acresce ao artigo 140, da Lei 6.174, o inciso que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 192-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00, à Maria Tereza Soares, residente na localidade de Rio Baixo, Município de Castro. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 195-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 204-71, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública o Lar Batista Paranaense, da cidade de Londrina. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 205-71, de autoria dos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marques, para construção de uma ponte sobre o rio Andrade, conforme especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 212-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Casa da Estudante Universitária desta Capital. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer seja convertido em diligência junto à entidade, a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N. 213-71, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Declara de utilidade pública a Associação Cristã de Moços desta Capital. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 219-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer seja convertido em diligência junto à entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 16) — PROJETO DE LEI N. 224-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00, a José Boiko e Ana Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N. 225-71, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N. 251-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir, através da SVOP, um prédio para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N. 254-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos



Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado, com sede nesta Capital. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer seja convertido em diligência junto à entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 20) — PROJETO DE LEI N. 256-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima ao Município de Querência do Norte. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N. 260-71, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagens, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Pitinga. Relator Deputado Igo Iwant Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N. 190-71, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Disciplina financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provar poluição do ar, da água ou do solo, se o referido financiamento for concedido por órgãos de economia mista em que o Estado seja majoritário. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N. 162-70, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N. 191-70, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Autoriza o Poder Executivo abrir um crédito especial de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), à Secretaria de Educação e Cultura, para atender despesas com os Primeiros Jogos Colegiais Regionais, em Laranjeiras do Sul. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: pelo Arquivamento. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N. 207-70, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Prof. João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com Substituto. Aprovado. 26) — PROJETO DE LEI N. 254-70, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria uma Escola Comercial em Cidade Gaúcha. Parecer: favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.os: 41—71, 95—71, 88—71, 89—71, 90—71, 91—71, 92—71, 93—71, 94—71, 96—71 e 97—71, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encorreu os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, bem como pelo Senhor Presidente. Deputado Wilson Brandão.

aa) Wilson Brandão — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

#### ATA DA 10a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Calil Fadel, Antonio Belirati, Jorge Sato e David Federmann. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 268-66 — de autoria do Senhor Deputado Olivio Belich, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 20,00 (vinte mil cruzeiros), à menor Alba Cardoso Ramos, orfã de pai e mãe. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 280-66 — de autoria do Senhor Deputado Tulio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 163-72 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Umuarama, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 262-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 41-71, encaminhando anteprojeto de lei, dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, o controle fiscal relativo a circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N. 98-72 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que dá nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 282, da Lei n. 6.174, de 16-11-70 (Estatuto Funcionários Públicos Civis do Estado.) Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 135-72 — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no município de Urutiã da Vitória e criada pela lei municipal n. 816 de 2-3-72. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 140-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com sede e divisas que especifica. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 142-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo efetivar os atuais servidores contratados como pesadores, que contem mais de cinco anos de serviço prestados ao Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 147-72 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagens, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 156-72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 159-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo enquadrar no nível 22 do Quadro Próprio do Magistério Estadual, Diretores de Estabelecimentos Oficiais de Ensino Primário, que preencham requisitos por lei. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI N. 171-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira, que dá novas divisas aos Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antonio do Sudoeste, no Município de Santo Antonio do Sudoeste e cria os distritos administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Florido e Marcanópolis, no referido Município. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

#### ATA DA 2a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro, do ano de mil novecentos e setenta e dois, às nove e trinta horas, antes do início da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com convocação feita em Plenário pelo Senhor Vice-Presidente, deputado Maurício Fruet, no dia vinte e oito do mês em curso. Presentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Ovidio Franzoni, Emilio Carazzai, Santos Lima, Igo Losso, Muggiati Filho, Cândido Martins de Oliveira e Armando Queiroz, sob a Presidência deste último, foi declarado abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da 17a. Reunião Ordinária, realizada em vinte e dois do mês de novembro do ano em curso. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — OFÍCIO N. 393-72, da Assembléia Legislativa de Pernambuco encaminhando expediente de autoria da Sra. Deputado Aracy de Souza, no sentido de que a prestação do Serviço Militar se torne extensivo à mulher brasileira. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer no sentido de que seja submetido à apreciação do Plenário, visto não existir impedimento de ordem legal ou constitucional. O Senhor Deputado Maurício Fruet vota pelo Arquivamento por julgar inoportuna a sem objetivo concreto a matéria. Em votação: Deputado Igo Losso esclarece que a matéria de qualquer forma irá ao Plenário. O Deputado Maurício esclarece que não entrou no mérito da matéria. Em votação: Aprovado o Requerimento do Senhor Deputado Maurício Fruet. Pelo Arquivamento. 2) — PROJETO DE LEI N. 80-72, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Santa Casa Monsenhor Guilherme, com sede na cidade de Foz do Iguaçu. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 96-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Autoriza o Poder Executivo conceder ao inválido Alair Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 122-72, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00, à Aracy de Lara Machado, viúva de ex-funcionário público estadual. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 133-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela cidade de Posório. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 153-72, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 167-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 176-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu a motoniveladora marca Huberwarco, como específica. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 178-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da lei n. 5.849, de 25-9-68. Relator Deputado: Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 185-72, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais, e dá outras providências. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 209-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 64-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, com personalidade jurídica de Direito Público, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 135-70, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N. 33-68, de autoria do Senhor Deputado Constantino Kotzias. Denomina Professor Vidal Vanhoni, o edifício do Forum de Paranaguá a ser inaugurado. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 654-66, de autoria do Senhor Deputado Renato Bueno. Declara de utilidade pública a Instituição de Assistência Hospitalar Maria Santíssima de São Pedro do Ivaí. Relator Santos Lima. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 16) — PROPOSIÇÃO N. 148-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 36-72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre a União — Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná — Secretaria de Agricultura, objetivando execução a nível estadual, do subprograma de apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 17) — PROPOSIÇÃO N. 202-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 67-72, encaminhando cópia dos convenios celebrados entre o Estado e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamento às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 18) — PROPOSIÇÃO N. 201-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 55-72, enca-



minhando cópia do convênio celebrado entre o Estado do Paraná, o Distrito Federal e outros Estados e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, objetivando finalidade que especifica. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 19) — PROPOSIÇÃO N. 203-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 60-72, encaminhando cópia do Acordo firmado entre o Estado e o Ministério da Educação e Cultura, visando realização de Cursos de Qualificação de Mão de Obra para atividade no setor Primário. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 20) — PROPOSIÇÃO N. 204-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 61-72 encaminhando cópia dos convênios celebrados pelo Estado com os Municípios de Matelândia, Presidente Castelo Branco, Paranacity, Ivaiporã, Jaboti, Bela Vista do Paraíso e Japira, com objetivos que especifica. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 21) — PROPOSIÇÃO N. 206-72 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 66-72, encaminhando cópias dos convênios celebrados pelo Estado com os Municípios de Medianeira e Porto Rico para fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Emilio Carrazzi. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 22) — PROPOSIÇÃO N. 207-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 67-72, encaminhando cópia dos convênios firmados pelo Estado com os Municípios de Andaraí, Assaí, Cascavel, Colorado, Flórida, Iporã, Paranaguá, Sabaudia, Santa Fé, Siqueira Campos e Tomazina, objetivando finalidades que especifica. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 23) — PROPOSIÇÃO N. 209-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 69-72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Faculdade de Odontologia de Londrina, e a Prefeitura Municipal de Ibiaporã, para doação de uma ambulância e Gabinete Odontológico volante para atendimento da população rural. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 24) — PROPOSIÇÃO N. 212-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 72-72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Estado, o Ministério da Saúde e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer no território nacional. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 25) — PROPOSIÇÃO N. 635-67, de autoria da Câmara Municipal de Maringá comunicando apoio daquele legislativo à sugestão de Vereadores da cidade de Cambé, sobre remuneração de juizes de direito e substitutos. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável ao Arquivamento. Aprovado. O Senhor Deputado Mauricio Fruet, vice-Presidente desta Comissão solicita a palavra para desejar feliz ano novo a todos os presentes e agradecer a colaboração prestada por todos. Os membros agradecem. O Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz solicita a presença de todos os membros da Comissão no dia três do próximo mês, quarta-feira, a fim de realizar reunião ordinária desta Comissão em virtude da necessidade de apreciação de várias Mensagens Governamentais que ainda não foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim. Rita Cel. Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente  
RITA CEL. SOARES — Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 38.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Período de Convocação Extraordinária de 27 de dezembro à 10 de janeiro de 1.973.

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de hum mil novecentos e setenta e três na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basilio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 62-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 17-62 solicitando autorização para doar à União — Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado em Paranaguá. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 01-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 148-72, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria da Agricultura e a União, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — Agiplan. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 201-72, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, juntamente com os Governos do Distrito Federal e de outros Estados da Federação e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando intercâmbio de informações básicas para planejamento. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 03-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 202-72, que aprova os convênios firmados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotação do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias dos respectivos Municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 04-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 203-72, que aprova o convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Comissão Estadual de Programas Intensivos de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 05-73, — Ex-Proposição n. 204-72, que aprova os convênios celebrados com os Municípios que especifica objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 06-73 — Ex-Proposição n. 205-72, que aprova os convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Policias locais, com dotações do FUNRESPOL e verbas orçamentárias dos respectivos Municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 07-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 207-72, que aprova os convênios firmados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, com a finalidade de fornecer equipamentos para as Delegacias de Policias locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 08-73 — Ex-Proposição n. 209-72, que aprova o convênio entre o Ministério da Saúde

de o Governo do Estado do Paraná, a Faculdade de Odontologia de Londrina e a Prefeitura Municipal de Ibiaporã, objetivando a doação de uma ambulância com gabinete odontológico volante, para atendimento a população rural do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 09-73 — Ex-Proposição n. 212-72, que aprova o convênio firmado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, objetivando estabelecer normas para o desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Lelio Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

26) REZENDE DE CARVALHO — Presidente  
LELIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 62-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União Federal, para uso do Ministério da Marinha, um terreno de forma retangular com 48,00 metros de frente para a rua Antonio Pereira e 83,00 metros para a rua Professor Cleto, da cidade de Paranaguá, com área total de 4.076,80 metros quadrados.

Art. 2.º — Ficam revogadas as Leis de n.º 2.372, de 22 de março de 1955 e 2.374, de 25 de janeiro de 1956.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 01-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria da Agricultura e a União, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução à nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao Plano Nacional de Sementes — PLANASEM.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 14 de setembro de 1972, juntamente com os Governos do Distrito Federal e de outros Estados da Federação, e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando o estabelecimento de um processo regular de intercâmbio de informações básicas para planejamento.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios firmados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os municípios de Ibiaporã, em 13 de setembro de 1972, de Uraí, em 21 de julho de 1972 de Campo Mourão, em 15 de setembro de 1972, de Rio Negro, em 15 de agosto de 1972, de Piraquara, em 31 de agosto de 1972, de Cornélio Procopio em 15 de setembro de 1972, de Santo Antonio do Sudoeste em 20 de junho de 1972, de Cerro Azul, em 7 de agosto de 1972, de Ibatí em 21 de setembro de 1972, de Paranavaí em 21 de agosto de 1972 de Apucarana, em 12 de setembro de 1972, de Marialva, em 9 de agosto de 1972 de Arapongas, em 27 de julho de 1972, de Centenário do Sul, em 21 de julho de 1972 e de Jandaia do Sul, em 21 de julho de 1972, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 04-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio firmado em 19 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Comissão Estadual de Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, visando a realização de cursos de qualificação de Mão-de-Obra para atividade no setor primário.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 05-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º São aprovados os Convenios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Matelândia (1), Presidente Castelo Branco (2), Paranacity (3), Ivaiporã (4), Jaboti (5), Bela Vista do Paraíso (6) e Japira (7), objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor esta Resolução a contar de sua publicação.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 06-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os Convenios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios de Medianeira, em 30 de agosto e Porto Rico, em 28 de setembro de 1972, respectivamente, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 07-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios firmados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Andará, Assai, Cascavel; Colorado; Flórida; Iporã; Paranaguá; Sabaudia; Santa Fé; Siqueira Campos e Tomazina; com a finalidade de estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícias locais mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 08-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Convenio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do mesmo Estado, a Faculdade de Odontologia de Londrina e a Prefeitura Municipal de Ibiaporã visando fixar condições para a doação de uma ambulância na qual será instalado um gabinete odontológico volante de atendimento à população rural, de baixo poder aquisitivo, do Município de Ibiaporã.

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário que possam existir.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 09-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio firmado em 26 de outubro de 1972 entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer no Estado do Paraná, objetivando estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9/1/73

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente  
BASILIO ZANUSSO — Relator  
SANTOS LIMA

Comissão de Constituição e Justiça  
7.ª Legislatura — 3.ª Sessão Legislativa

## ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas e trinta minutos, a Sala de Reuniões, desta Assembléia, presentes os Senhores Deputados Ivo Tomazoni, Ovidio Franzoni; Antonio Franco Ferreira da Costa Filho; Antonio Lopes Júnior; Erondy Silvério; Quielise Crisóstomo da Silva; Igo Losso; Wilson Fortes; Sebastião Rodrigues Júnior e Nelson Buffara com a finalidade de instalar a Comissão de Constituição e Justiça. De acordo com o Parágrafo único do art. 40, do Regimento Interno, assume a Presidência o Deputado Antonio Lopes Júnior, declarando instalada a Comissão e solicitando a escolha do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, para a presente Sessão Legislativa. Por unanimidade dos membros presentes foi aclamado Presidente o Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, e por

indicação do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva e aclamação dos presentes o Senhor Deputado Nelson Buffara, foi eleito Vice-Presidente. Assume a Presidência o Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que agradece a deferência e se coloca à disposição de todos os Membros. O Senhor Presidente consulta os Senhores Deputados sobre o horário das reuniões ordinárias. É aprovado o horário habitual, de todas as quartas-feiras à tarde. O Senhor Vice-Presidente, Deputado Nelson Buffara em breves palavras agradece a eleição, se propondo a colaborar com a Comissão. O Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira da outra semana. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, por todos os Membros presentes, e, por mim, Rita Celestino Soares Secretária.

a) Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO.  
a) Deputado Ivo Tomazoni  
a) Deputado Ovidio Franzoni  
a) Dep. Antonio Lopes Júnior  
a) Dep. Quielise Crisóstomo da Silva  
a) Dep. Igo Losso  
a) Dep. Wilson Fortes  
a) Dep. Nelson Buffara  
a) Dep. Sebastião Rodrigues Júnior  
a) Rita Celestino Soares — Secretário

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA  
Ata de Instalação

Após terem sido indicados para comporem a Comissão de Saúde Pública compareceram aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, na Sala de reuniões das Comissões, para instalação da Comissão de Saúde Pública, os seguintes Senhores Deputados: Arizone Araújo — Domicio Scaramella — Ovidio Franzoni — Xenofonte Villanueva e Wilson Brandão. Assumiu a Presidência o Senhor Deputado Domicio Scaramella, na forma regimental, após verificar número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, que se destinavam a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivo da referida Comissão, por unanimidade foram eleitos o Senhor Deputado Arizone Araújo para a Presidência e o Senhor Deputado Domicio Scaramella para a Vice-Presidência. Ao tomar Posse do cargo o Senhor Deputado eleito em seu nome pessoal e em nome do Senhor Vice-Presidente, agradeceu aos demais membros da Comissão a confiança depositada em suas pessoas, dizendo do propósito de corresponder a confiança nos mesmos depositada para tão honrosa investidura. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos, dos quais eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, por mim e demais membros assinada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1973.

(aa) Arizone Araújo — Presidente  
Domicio Scaramella — Vice Presidente  
Elza C. Camargo — Secretária

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
SÉTIMA LEGISLATURA

## Ata de Instalação da Comissão de Orçamento

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, registrando-se a presença dos senhores Deputados Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Ovidio Luiz Franzoni, Nelson Buffara, Erondy Silvério, Francisco Borsari Neto e Fabiano Braga Cortes. Havendo número legal a reunião foi iniciada sob a presidência do Deputado Fuad Nacli que, por ser o mais velho dentre os presentes, dirigiu os trabalhos. Abrindo a sessão o Deputado Fuad Nacli fala da necessidade de eleger o Presidente da referida Comissão, deixando livre a palavra. O Deputado Francisco Escorsin fazendo uso da mesma, indica o nome de seu companheiro de bancada, Deputado Ovidio Luiz Franzoni para a presidência. Consultados os demais, foi o mesmo eleito por aclamação. Assumindo a presidência o Deputado Ovidio Luiz Franzoni agradece a deferência de seus pares, deixando livre a palavra. O Deputado Francisco Escorsin submete à apreciação dos presentes o nome do Deputado Nelson Buffara da bancada do MDB, para ocupar a vice-presidência da referida Comissão o qual foi igualmente aprovado por unanimidade. O Deputado Ovidio Luiz Franzoni antes de encerrar os trabalhos fala de sua intenção de bem desempenhar esta tarefa, a exemplo do que ocorreu no ano anterior, quando os trabalhos orçamentários foram presididos pelo nobre Deputado Jorge Sato. Indica ainda como Secretária da Comissão de Orçamento, a funcionária Elcy Silva Batista, dizendo que na próxima reunião serão indicados os relatores da matéria. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1973.

(aa) Ovidio Luiz Franzoni — Presidente  
Elcy Silva Batista — Secretária

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA  
Ata de Instalação

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente os membros da Comissão de Tomada de Contas, indicados pelas Lideranças da Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro, com a finalidade de eleger o Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Abertos os trabalhos e na forma do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Poli, instalando a sessão, logo a seguir deixou livre a palavra para que os Senhores Deputados membros dela fizesse uso, indicando ou expressando seu pensamento sobre a eleição. Realizada, verificou-se por unanimidade a escolha do Senhor Deputado Paulo Poli para a Presidência do Senhor Deputado Antonio Belinatti para a Vice-Presidência. Usando da palavra o Senhor Presidente agradeceu o apoio recebido dizendo das suas determinações em conduzir com acerto os destinos de tão importante órgão. A seguir o Senhor Presidente designou o funcionário José Tavares Canto Filho, para secretariar a Comissão de Tomada de Contas. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerrou a sessão da qual eu, Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada



conforme será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1973.

(aa) Paulo Poli — Presidente  
Antonio Belinati — Vice-Presidente  
Arthur de Souza — Aginaldo Pereira Lima  
José Tavares Canto Filho — Secretário

#### COMISSÃO DE TURISMO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e três às dezesseis horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Turismo em sua primeira reunião ordinária da sétima legislatura da terceira sessão legislativa, registrando-se a presença dos senhores Xenofonte Vilanueva, Marciano Baraniuk, Paulo Poli, Wilson Brandão e Mauricio Fruet. Foi indicado pelos presentes o nome do deputado Xenofonte Vilanueva para Presidente da Comissão e, posteriormente aprovado por unanimidade pelos presentes. Assumindo a presidência dos trabalhos o deputado Xenofonte Vilanueva agradeceu em rápidas palavras a confiança nele depositada e indicou o nome do deputado Mauricio Fruet, para Vice-Presidente da mesma, sendo o seu nome também aprovado pelos presentes. O senhor Presidente deixa livre a palavra e, não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão e por mim Maria Stella Mader Gurgel que a secretarei.

Em Curitiba, Sala das Comissões em 20 de março de 1973.

(aa) Xenofonte Vilanueva — Presidente  
Marciano Baraniuk — Paulo Poli — Wilson Brandão — Mauricio Fruet  
Maria Stella Mader Gurgel — Secretária

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

##### 3.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura

Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o fim de ser procedida a eleição do Presidente e Vice-Presidente e consequente instalação. Presidida na forma regimental pelo senhor deputado Arthur de Souza, membro mais idoso dentre os senhores deputados: Francisco Borsari Neto, Lázaro Dumont, Aginaldo Pereira Lima, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Antonio Belinati representante do Movimento Democrático Brasileiro. Haverá número legal o senhor Presidente declara instalada a comissão, e convida os senhores membros a escolherem o Presidente e Vice-Presidente. O senhor deputado Aginaldo Pereira Lima, propõe os nomes dos senhores Francisco Borsari Neto e Antonio Belinati, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente, posta em votação, é aprovada por unanimidade. O senhor Presidente em exercício convidou o Presidente eleito a tomar posse. A seguir o Presidente eleito agradeceu a confiança nele depositada, dizendo que tudo fará pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão. Como mais ninguém fizesse uso da palavra, ficou deliberado que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria pertinente a Comissão. A seguir o senhor Presidente convidou o funcionário senhor Roberto Diniz Satyro, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, foi pelo senhor Presidente e demais membros assinada, assim como por mim, Secretário.

(aa) Francisco Borsari Neto — Presidente  
Antonio Belinati — Vice-Presidente  
Lázaro Dumont — Membro  
Arthur de Souza — Membro  
Aginaldo Pereira Lima — Membro  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### Ata da Sessão de Instalação

Aos vinte dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e três, às quinze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, para a instalação, com a presença dos senhores deputados Antonio Lopes Júnior, Rosário Pitelli e Antonio Maciel. Assumiu a presidência, na forma regimental, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior para Presidente e para Vice-Presidente o senhor deputado Rosário Pitelli. Ao tomar posse, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Instrução Pública, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, designando ainda a funcionária Maria Aparecida Amaral para Secretária da referida Comissão. Eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata que depois de aprovada é assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente  
Maria Aparecida Amaral — Secretária  
(Assinatura Ilegível)  
(Assinatura Ilegível)

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

##### Ata de Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e três, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, com as presenças dos Senhores Deputados Marciano Baraniuk, Gabriel Manoel, Domicio Scaramella, Alvaro Dias e Iris Mário Caldart. Reuniu-se na Sala das Comissões os Deputados indicados pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro respectivamente, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. De acordo com o Regimento Interno assumiu a presidência o Senhor Deputado Domicio Scaramella dando início aos trabalhos, procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os Senhores Deputados Domicio Scaramella e Gabriel Manoel, para a Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão, usando da palavra, falando em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente o Deputado Domicio Scaramella agradeceu a con-

fiança de seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir esse órgão Técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa, a seguir o Senhor Deputado Presidente deixou livre a palavra e como ninguém usou da mesma, o Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para funcionar como Secretário o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei esta Ata, que depois de lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1973.

(aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário  
Gabriel Manoel — Alvaro Dias — Iris Mário Caldart

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata da Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental art. 40, pelo Senhor Deputado Francisco Scorsin e contando com as presenças dos Senhores Deputados Quiesle Crisóstomo da Silva, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos aos senhores Deputados Quiesle Crisóstomo da Silva e Alvaro Dias, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Quiesle Crisóstomo da Silva, agradece seus nobres pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a Comissão funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica a funcionária Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para exercer a função de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros presentes e por mim secretária.

(aa) Quiesle Crisóstomo da Silva — Presidente  
Alvaro Dias — Vice-Presidente  
Francisco Scorsin  
Teresinha Barbosa de Moura e Claro — Secretária  
Gilberto Carvalho

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

##### Ata de Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e três, reuniram-se na Sala das Comissões às 16 horas, os membros da Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Arthur de Souza, Antonio Franco Ferreira da Costa, Marciano Baraniuk e Nelson Buffara, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da mesma, de acordo com o art. 40, Parágrafo único do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Arthur de Souza, havendo número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os Senhores Deputados Antonio Belinati e Arthur de Souza para a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Os eleitos foram de imediato empossados em seus cargos, assumindo a Presidência o Senhor Deputado Antonio Belinati, usou da palavra para agradecer a confiança de seus pares que o elegeu para tão honroso cargo e ressaltou o seu propósito de conduzir esse órgão Técnico da Assembléia Legislativa do Estado, dentro do regime de trabalho e dignidade Legislativa. Logo após, concedeu a palavra aos senhores Deputados presentes e que dela quisessem fazer uso, como ninguém usou da palavra, o Senhor Presidente estabeleceu que, as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade convocou o funcionário Lóris Cordeiro de Barros, para exercer a função de Secretário da referida Comissão. Nada havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(aa) Antonio Belinati — Presidente  
(Ass. ilegível)  
(Ass. ilegível)  
(Ass. ilegível)  
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata de Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às dez horas reuniu-se a Comissão de Redação, com o fim de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Iris Galdart e com a presença dos deputados Basílio Zanusso, Gabriel Manoel e Gilberto Carvalho. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Procedido o sufrágio verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos deputados Gilberto Carvalho e Iris Galdart, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo o cargo para qual fora eleito, o deputado Gilberto Carvalho agradeceu aos seus minar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Lélío Guimarães Sotto-Maior para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que vai devidamente assinada.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Galdart — Vice-Presidente  
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Igo Iwant Losso  
Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário